

Gêneros e constituição do magistério primário: “feminização” e “desmasculinização” no Rio de Janeiro (1870-1910)

Alessandra Frota Martinez de Schueler (UFF)

Irma Rizzini (UFRJ)

O trabalho visa refletir sobre o processo social e histórico de construção dos gêneros na constituição do magistério primário, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1910. O estudo se insere em pesquisa mais ampla, em andamento, sobre a trajetória de professores e professoras, e sua inserção em vários espaços públicos, nos movimentos de luta por direitos civis, políticos e no mundo do trabalho. Para a análise aqui apresentada, privilegiamos, por um lado, fontes oficiais a respeito de debates e medidas para a formação de professores e regulamentação do magistério, inscritos na documentação oficial da Instrução Pública, tais como Relatórios governamentais, legislação e reformas educacionais, em destaque para aquelas relacionadas à Escola Normal. Por outro lado, buscamos reconstruir as lutas de representações sobre a construção social de gêneros, por meio do cruzamento e do confronto com as perspectivas produzidas por professores e professoras da cidade, a partir da leitura de sua produção escrita em vários suportes, como artigos, conferências, livros e textos, que foram publicados em jornais de grande circulação e periódicos pedagógicos, especialmente nos jornais *O Paiz* e *Gazeta de Notícias* e a revista especializada *O Magistério*, de 1909. No que se refere às categorias teóricas, a pesquisa segue a trilha aberta por Joan Scott (1992) e Guacira Louro (2002), procurando operar com o gênero como categoria analítica central na investigação histórica. A sua utilização implica em considerar a construção relacional das diferenças sexuais, construção que é simultaneamente social, histórica e biológica, além de perpassar a questão da educação como um todo, isto é, influir nos processos formais de educação em sua interação com a totalidade das contradições sociais de classe, gênero e raça. A partir dessa perspectiva, com base na documentação investigada e na bibliografia especializada, observa-se que os debates em torno da educação de meninas e da ampliação dos direitos das mulheres contaram com a participação de professoras, jornalistas e intelectuais, mulheres que exerceram variados ofícios no mundo das letras e estiveram à frente de associações de ofício e projetos editoriais. Do mesmo, e de forma indissociável, as lutas de representações sobre o magistério implicaram na produção de tensões e debates sobre a educação dos meninos, a formação dos professores na Escola Normal e contaram com a atuação dos homens na defesa de sua permanência no ofício. Apesar de ter havido o incremento do ingresso de mulheres, isto não significou o abandono imediato do ensino primário pelos homens, cuja presença permaneceu marcante. Continuaram não somente nas funções administrativas, mas, igualmente, nas salas de aula e na imprensa pedagógica, construindo suas redes de sociabilidade e mobilidade nas primeiras décadas do século XX. Assim, embora seja problemática bastante tematizada pelos historiadores da educação, o processo de “feminização do magistério” primário não pode ser compreendido sem a reflexão relacional de sua contrapartida, ou seja, a “desmasculinização”.

Palavras-chaves: Feminização\Desmasculinização; Magistério Primário; Relações de Gênero